

OS QUINTAIS E A MORADA BRASILEIRA*

QUINTAIS: THE BACKYARD AND BRAZILIAN DWELLING-HOUSES

Luís Octávio da Silva**

RESUMO

O quintal é um elemento freqüentemente esquecido dos estudos sobre a paisagem urbana. Esquecido porque a maior parte dos estudos do habitat não construído propõe um olhar sobre e a partir dos espaços públicos, como é o caso das análises sobre as praças, ruas e fachadas. Ora, o quintal é justamente aquele espaço velado, não acessível ao olhar público, e que, no entanto, constitui uma parcela considerável dos espaços urbanos residenciais. O argumento central deste trabalho é que a existência dos quintais constitui uma característica singular das cidades brasileiras, significativamente diferentes dos pátios internos e dos fundos de lote existentes em outras cidades ocidentais.

Palavras-chave: Quintal; Forma urbana no Brasil; História da cidade brasileira.

ABSTRACT

This paper aims at contributing to the history of the form of Brazilian cities, starting from the analysis and interpretation of an element that is frequently forgotten in studies in urban landscape, as a large number of studies in non-built habitat propose a look over and from public spaces, such as squares, streets and façades. Well, the backyard is precisely that veiled space, not accessible to the public eye, which, however, constitutes a considerable portion of residential urban spaces. The central argument is that the existence of backyards constitutes a specific feature of Brazilian cities, quite different from internal patios and the back of lots existing in other western cities.

Key words: Brazilian backyards; Urban form in Brazil; History of the Brazilian city.

* Este trabalho se insere no quadro de uma pesquisa doutoral que tem por objeto os aspectos culturais concernentes à forma urbana.

** Arquiteto-urbanista (USP), mestre em Administração Pública/Planejamento Urbano (Eaes-PPG-URB), doutorando em Estudos Urbanos pela Université du Québec à Montréal – UQAM, ex bolsista da Capes, professor no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu (São Paulo/SP) e assessor do Programa de Reabilitação do Centro de São Paulo.

Este trabalho propõe uma análise da forma das cidades como dimensão explicativa e interpretativa do fenômeno urbano. Sem a pretensão de que só a dimensão espacial possa constituir a chave para a compreensão de um fenômeno de diversas dimensões e de elevado grau de complexidade, como é o caso da cidade, não se deve, por outro lado, negar que a organização espacial constitui uma variável incontornável para a interpretação e articulação das diferentes facetas do fenômeno urbano. Sobre as cidades brasileiras em particular, já existe uma literatura de volume considerável tratando especificamente de seus aspectos morfológicos, sobretudo no que diz respeito a suas origens portuguesas. O nosso objetivo é prestar uma contribuição à história da forma das cidades brasileiras procedendo a uma análise e uma interpretação de um dos seus elementos constituintes: o quintal. Elemento esse freqüentemente esquecido dos estudos sobre a paisagem urbana. Esquecido porque a maior parte desses estudos propõe um olhar sobre e a partir dos espaços públicos, como é o caso, por exemplo, das análises sobre a configuração de praças, ruas e fachadas. Ora, o quintal constitui justamente um território velado, não acessível ao olhar público e que, no entanto, perfaz uma superfície considerável do espaço urbano. O argumento central é que a existência, a utilização e a simbologia dos quintais constituem uma característica específica da morada brasileira.

OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho propõe como procedimento metodológico uma abordagem histórica, evidenciando a existência, a configuração e as funções dos quintais nas cidades coloniais brasileiras e as transformações sofridas até as cidades contempo-

râneas. Essa perspectiva histórica coloca-se a partir de um procedimento frequentemente comparativo, procurando justamente evidenciar em que a existência e utilização dos quintais traduzem uma especificidade brasileira. A caracterização dos quintais como elemento de identidade das cidades desse país torna-se mais evidente ao longo da última parte deste texto, quando a análise identifica traços dos quintais inclusive na configuração dos apartamentos dos edifícios residenciais contemporâneos. Sem se restringir à descrição do habitat construído, o estudo desses espaços constitui um importante elemento para a compreensão do funcionamento das cidades brasileiras, tanto no tocante aos seus aspectos utilitários quanto no que diz respeito a dimensões mais sutis e subjetivas. Dada a falta de informações sistematizadas sobre o assunto, este trabalho se baseia em passagens e citações bastante fragmentárias, provenientes de estudos sobre a história da arquitetura doméstica, sobre a história das cidades, assim como em análises do âmbito da vida privada, da vida quotidiana e das relações entre patrões e empregados domésticos. Vários desses estudos, por sua vez, basearam-se tanto em fontes mais “convencionais”, como por exemplo, inventários e cartas, mas também em fontes iconográficas, na literatura ficcional, assim como no conjunto inesgotável dos relatos de viagem. Mesmo sem a pretensão de esgotar o assunto, a sistematização das informações coletadas procura evidenciar a peculiaridade desse elemento morfológico na constituição da moradia e da cidade brasileira.

O QUINTAL NA ORGANIZAÇÃO FÍSICA DA CIDADE COLONIAL

No que diz respeito à ocupação dos lotes, as cidades coloniais brasileiras constituem um caso bastante particular. Sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, muitas foram as transformações ocorridas nessa organização física. Retomaremos esse aspecto posteriormente. Durante todo o período colonial, esse modelo permaneceu relativamente imutável. A sua principal característica consistia na concentração da construção na parte frontal do lote, sem recuo em relação à rua, nem recuos laterais, deixando um grande espaço “livre” atrás da construção principal, ainda dentro dos limites do lote. Essa forma de ocupação correspondia a uma certa técnica construtiva baseada na mão-de-obra escrava, muito pouco qualificada, e no emprego de materiais locais, notadamente a terra. Os muros ainda não eram feitos de tijolos cozidos. Eles eram de adobe ou taipa e, portanto, deviam ser protegidos da água. A solução adotada para a cobertura levava em conta a falta de especialização da mão-de-obra, assim como o reduzido leque de materiais disponíveis. O telhado, solucionado em duas águas com avançados beirais, era tecnicamente de fácil execução e possibilitava a proteção tanto da fachada frontal quanto da de fundos. A falta de recuos, em relação aos lotes vizinhos, permitia a proteção das paredes laterais. Esse quadro técnico concate-

nava-se com o sistema institucional de acesso à terra urbana. A terra não era vendida, mas sim objeto de concessão. Nesse sistema, a ênfase era muito mais sobre a metragem linear de fachada e de acesso à rua do que a metragem quadrada final do terreno. O tecido parcelar resultante desse sistema de concessão era constituído por lotes bastante estreitos, profundos, muitas vezes de geometria não muito regular e delimitados de forma pouco precisa em relação ao espaço público (MARX, 1991). O parâmetro mais importante era a fachada, o acesso à via pública era mais cobiçado que a metragem final do terreno.

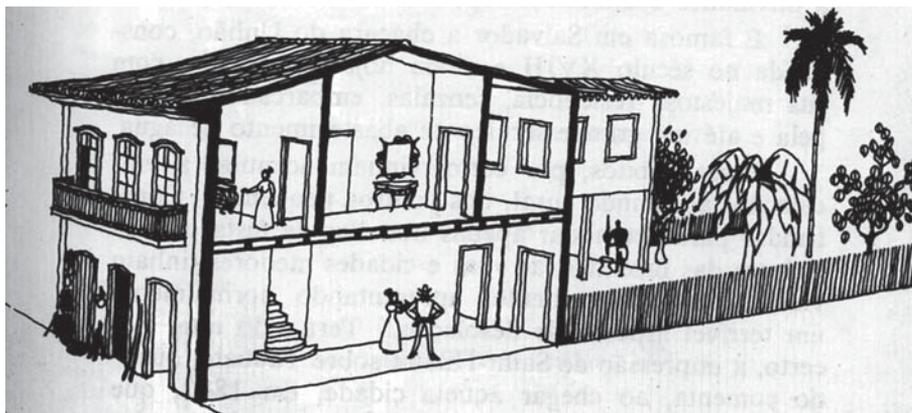


Figura 1. Corte esquemático de uma casa colonial brasileira (REIS FILHO, 1995, p. 29).

Esse modo de apropriação dos lotes resultava numa ocupação periférica dos quarteirões que apresentavam um grande espaço livre no seu interior, frequentemente arborizado. Esse espaço não era um espaço em comum. Ele era repartido entre cada um dos lotes constituintes do quarteirão. Essa parcela individualizada do espaço central do quarteirão é exatamente o quintal. Essa constituição era responsável por uma aparência de grande densidade urbana aos olhos de um eventual transeunte do espaço público. Na realidade, tratava-se de uma densidade bastante baixa em comparação, por exemplo, com a ocupação existente nas cidades de colonização espanhola. Nesse caso, a ocupação dos lotes fazia-se de uma forma muito mais intensiva, ao redor de pátios sucessivos sem remanescer um grande espaço livre atrás da construção principal. A densidade final era bem mais elevada do que aquela do modelo brasileiro. No caso hispano-americano praticamente inexistia vegetação arbórea no interior dos quarteirões que eram inteiramente ocupados, a não ser pelos pátios. Além dessa implantação particular e da configuração marcadamente estreita e profunda, o quintal colonial brasileiro diferia dos fundos de lote de outras cidades ocidentais pelas práticas que ele abrigava. Atividades ligadas ao abastecimento de subsistência, mas também práticas de convivalidade doméstica, num determinado contexto de cotidiano privado em relação à vida pública.



Figura 2. Os quintais e a estrutura urbana. Cidade de Olinda, por volta de 1630. Cartógrafo desconhecido (REIS FILHO, 2000; Cdrom ref PE_13B).

O QUINTAL E O ABASTECIMENTO DE SUBSISTÊNCIA

Historicamente os quintais eram ligados a certas atividades próprias a uma sociedade agrícola que, transladada para o meio urbano, reproduzia práticas do meio rural. Essa atividade de produção alimentar pode ser resgatada através de indícios lingüísticos, pela documentação iconográfica, pelas informações disponíveis sobre a situação do abastecimento alimentar, pelos relatos dos viajantes, pelos documentos legais de fundação de cidades e, mesmo, através dos inventários *post mortem*. Vejamos, então, brevemente, alguns desses elementos.

A palavra “quintal”, segundo o **Dicionário Aurélio**, tem como significado “pequena quinta”, ou então “pequeno terreno, muitas vezes com jardim ou com horta, atrás da casa”. Note-se, então, que a própria etimologia da palavra “quintal” implica uma idéia de produção “rural”. Não se tratavam de chácaras ou pequenos sítios na periferia urbana, mas sim de um elemento presente em todas as residências, independentemente de classe social, localização urbana ou região geográfica. Vários relatos de viagem, particularmente aqueles do século XIX, mencionam o caráter pouco denso das cidades brasileiras dessa época (MARX, 1991). A observação da iconografia urbana desse período indica que os quintais eram, em geral, bastante profundos e que a superfície aberta em cada lote era significativamente superior à área construída. Mesmo nos seus bairros mais centrais, a cidade brasileira desse período, olhada de cima, apresentava ares de meio rural. A

pouca densidade demográfica lhe conferia um aspecto de “cidade fantasma”. As fachadas contínuas davam ao transeunte uma falsa idéia de alta densidade construída que era, na realidade, bastante baixa, até as últimas décadas do século XIX. Inúmeras passagens da literatura sobre as cidades brasileiras, anteriores ao século XX, fazem menção à existência de hortas e pomares nos quintais (MATTOSO, 1992, p. 446; MENESES, 2000, p. 6). A criação de pequenos animais era também freqüente nessas localidades (GRAHAM, 1992, p. 29). Alguns relatos de viagem mencionam especificamente a falta de espécies ornamentais nos quintais. A sociedade colonial brasileira, assim como a do século XIX, era baseada numa economia de exportação. As melhores terras e os empreendimentos mais dinâmicos eram, em sua maior parte, implicados na produção de exportação. O Brasil não foi uma colônia de povoamento e da pequena propriedade rural, mas sim um território de exportação cuja unidade rural de base era o latifúndio exportador. Até o século XX, o mercado interno de produtos alimentares vivia sob a ameaça de penúria (SCHUWARTZ, 1984, p. 382-383). Isso obrigava os lares urbanos a adotar estratégias de abastecimento alimentar complementar que desempenhavam papel central durante os períodos em que a economia exportadora se mostrava mais dinâmica. Nessas ocasiões, os proprietários rurais mostravam-se ainda mais reticentes em relação à produção para o mercado interno. Nesse contexto, os quintais constituíam um recurso de importância fundamental para o abastecimento urbano.



Figura 3. Cidade do século XIX não identificada. Aquarela de Miguel Dutra (Miguel Dutra, o poliédrico artista paulista. São Paulo, Museu de Arte de São Paulo, 1981, p. 19).

A importância dos quintais como elemento constituinte dos sítios urbanos pode ser detectada também pela sua menção específica nas Cartas Reais que regulamentavam a fundação e organização física das cidades; nos documentos de concessão dos terrenos urbanos; assim como nas descrições e inventários *post mortem*. Jucá Neto (2000), por exemplo, faz uma citação de uma Carta Real de fundação da cidade de Icó, datada de 20/10/1736, na qual o rei determina “a de-

limitação e demarcação de ruas retas, suficientemente largas, deixando espaço para a construção de casas... e seus quintais” (p. 12). Algranti (1997) menciona que o inventário de um certo Francisco de Almeida, em 1616, listava “casas da vila, dois lanços de taipa de mão, cobertas de telha com o quintal” (p. 91). Essas menções específicas, aliás, bastante freqüentes, são um forte indício de que os quintais não eram simplesmente espaços residuais, mas, pelo contrário, elementos com funções importantes para o funcionamento das cidades.

QUINTAL: EQUIPAMENTOS E EDIFICAÇÕES COMPLEMENTARES

O quintal, durante o período colonial, mas também durante o século XIX, era ocupado por várias instalações destacadas da construção principal. Diretamente ligados ao abastecimento alimentar, galinheiros e pocilgas aí se encontravam. Muito freqüentemente, os lares urbanos funcionavam não somente como unidades de consumo, mas também como unidades de produção doméstica. Estoque de alimentos, produção de farinha e mesmo um pequeno artesanato implicavam necessariamente a implantação de anexos no espaço dos quintais (ALGRANTI, 1997, p. 145-151). A própria cozinha foi um dos primeiros elementos da arquitetura vernácula portuguesa a sofrer transformações quando da sua transposição para o território brasileiro. Naquele país ela ocupava um lugar central na casa. No Brasil, por força do clima tropical, desde os primeiros tempos, a cozinha deslocou-se para a extremidade da construção e, no quintal, foi instalada uma cozinha suplementar chamada “cozinha suja”. Ela se destinava aos cozimentos mais demorados e que emanavam mais calor (LEMOS, 1989, p. 19-20; ALGRANTI, 1997, p. 102-103; VERÍSSIMO & BITTAR, 1999, p. 112). Nas casas mais abastadas, também dava sobre o quintal o alojamento dos escravos. Outro aspecto que não se pode deixar de mencionar era o fato dos quintais abrigarem instalações sanitárias, como a “casinha”, as fossas e os tonéis de excrementos (ALGRANTI, 1997, p. 95; GRAHAM, 1992, p. 55). Todas essas instalações implicavam a implantação de anexos localizados nos quintais e sobre os quais poucas informações são disponíveis. Diretamente ligados a essas funções mais “orgânicas”, os quintais eram, em princípio, espaços velados, escondidos da vista da rua assim como dos olhos dos viajantes estrangeiros, principais autores dos relatos do meio urbano desses tempos passados. Referindo-se à atividade de preparação de alimentos, Graham (1992) cita o Relatório sobre as medidas da salubridade reclamadas pela cidade do Rio de Janeiro (1851): a partir do “lixo empilhado no pátio (o quintal) emanava ‘miasmas’ perigosos. Elas [as cozinheiras] lutavam contra a ‘lama negra’ dos quintais de terra batida, que não escoavam a água direito; ou então, a cozinha em que trabalhavam não ficava longe da ‘fossa aberta, entupida de imundície” (p. 62). Eis aí pelo menos uma das razões pelas quais os quintais eram vetados aos

visitantes. Eles escondiam o funcionamento arcaico da cidade brasileira, até o fim do século XIX, quase inteiramente baseado na mão-de-obra escrava, inclusive para as funções de abastecimento d'água e evacuação de manual dos esgotos.¹ As inovações estilísticas e o “embelezamento” das construções, ocorridas ao longo do século XIX, não foram inteiramente acompanhados por inovações que teriam podido torná-las mais “modernas” do ponto de vista utilitário.

E finalmente, outra característica dos quintais, e que os diferencia das implantações das cidades não brasileiras, é sua localização topográfica e em relação aos cursos d'água. Diretamente ligado às funções sanitárias dos quintais e ao aspecto espontâneo e flexível do urbanismo colonial português, muito frequentemente, o sistema viário desenhava-se ao longo dos divisores de água, fazendo com que os limites de fundos dos lotes fosse feito pelos cursos d'água (MARX, 1991, p. 86). José Newton Coelho Menezes (2000, p. 8) afirma que foi a Missão Francesa de Lebreton que transformou o esquema tradicional de implantação viária, orientando as fachadas, a partir de então, em direção aos cursos d'água. Ele cita o caso de São João del Rei, descrito por Lívia Romanelli d'Assumpção (1989 *apud* MENEZES, 2000, p. 8), como exemplo desse novo tipo de plano de expansão, de inspiração neoclássica, do século XIX.



Figura 4. Os quintais e a topografia. Vista panorâmica da várzea do Tamanduateí, cidade de São Paulo. Aquarela de Arnaud Julien Pallière, 1821-1822, imagem estirada na vertical. Fonte: REIS FILHO (2000. Cdrom ref. SP01BC).

¹ No Rio de Janeiro, o princípio da implantação da infra-estrutura sanitária foi mais precoce, começou na década de 1860 e na seguinte (GRAHAM, 1992, p. 69).

O QUINTAL: UM ESPAÇO FEMININO E ÍNTIMO?

Os aspectos funcionais, entretanto, não esgotam o papel desempenhado pelos quintais na história das cidades brasileiras. Até o século XIX, o espaço público urbano, neste país, esteve associado aos perigos e ao imprevisível e, portanto, considerado não freqüentável pelas mulheres brancas e de “boa família” (GRAHAM, 1992, p. 57-68). Essa estigmatização do espaço público já foi objeto de estudos e considerações, inclusive no âmbito lingüístico. Enquanto a palavra casa está associada com o termo casamento, em relação à palavra rua existem inúmeras metáforas, todas elas de conotação negativa. Compare-se, por exemplo “estar em casa” com “ir para o olho da rua”. Gilberto Freire (1936, p. 47 *apud* DAMATTA, 1991, p. 60) chega a afirmar que rua e casa são “inimigos”. Essa concepção dos espaços urbanos e de seus significados fazia com que à parte da frente dos lotes, o alpendre, fosse atribuída uma conotação intermediária entre o domínio público (a rua) e o privado (o íntimo da residência). “O interior das casas, reservado às mulheres, é um santuário em que o estranho nunca penetra” (DAMATTA, 1991, p. 57). Veríssimo e Bittar (1999, p. 22) afirmam que o enclausuramento das mulheres no interior da residência, no caso brasileiro, teria raízes que remontam às práticas muçulmanas, através da tradição portuguesa. Na arquitetura domiciliar hispânica, a existência dos pátios internos é indubitavelmente uma influência moura. Na arquitetura colonial brasileira, essa influência pode ser reconhecida nos muxarabis e rótulas.² Paradoxalmente, o espaço do quintal, apesar de externo, é o mais profundo nesse gradiente de público/privado. Seria ele reminiscência de uma convivialidade de origem muçulmana? Um aprofundamento desse aspecto certamente poderia se enriquecer instrumentalizado por contribuições provenientes do domínio da antropologia e da etnologia. Algranti (1997), mencionando as instalações existentes nos quintais, afirma que “era nessas dependências de trabalho que se passava boa parte do tempo, principalmente as mulheres da casa” (p. 92-93). Auguste de Saint-Hilaire, que visitou o país entre 1816 e 1822, por sua vez, escreveu que “os jardins, sempre situados por trás das casas, são para as mulheres uma fraca compensação de seu cativo e, como as cozinhas, são escrupulosamente interditados aos estrangeiros” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 96 *apud* DAMATTA, 1991, p. 57).

Paradoxalmente os quintais eram cercados por muros baixos e, então, não completamente ao abrigo do olhar dos vizinhos. As grandes distâncias e a falta de

² Sistema de fechamento de janelas e balcões através de treliças que permitem a ventilação, preservando a intimidade interna. Esses elementos, assim como as alcovas, eram (e ainda são) vistos como símbolos do enclausuramento feminino. Mais recentemente, outras interpretações já se apresentam: os muxarabis e rótulas consistiriam soluções muito bem adaptadas ao clima quente e a uma época em que o vidro ainda era um material caro. As alcovas, por sua vez, seriam soluções possíveis, levando-se em consideração o colamento lateral das construções (ALGRANTI, 1997, p. 97-98).

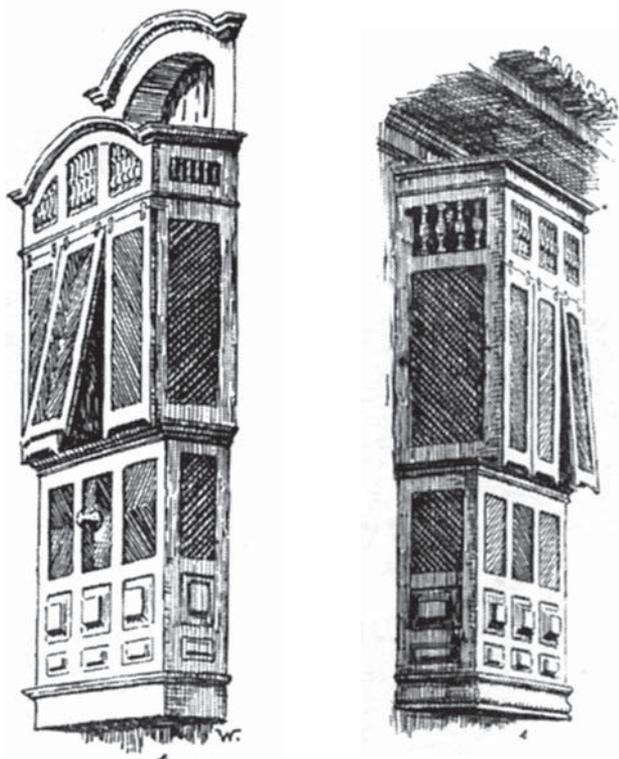


Figura 5. Muxarabis, elementos arquiteturais de influência moura. (VERÍSSIMO & BITTAR, 1999, p. 59).

hotéis tornava a hospitalidade brasileira uma obrigação para com os viajantes. Se, por um acaso, a residência não dispusesse de um cômodo com essa destinação, geralmente acessado a partir da varanda, o visitante era instalado justamente num dos anexos, na intimidade do quintal! Algranti (1997) conclui que

apesar dos cuidados tomados na construção das casas em relação à privacidade, como a presença de muros, treliças nas janelas, quintais nos fundos ou jardins e pomares, eles não parecem ter sido suficientemente eficazes para preservar seus moradores de um contato mais íntimo com a rua e com os vizinhos, tão próprio da época. (p. 98)

AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Ao longo do século XIX, o desenvolvimento da economia capitalista em escala mundial implicou uma nova inserção do Brasil nesse novo contexto mercantil. Em 1808, em seguida à chegada da família real e da corte portuguesa, os portos brasileiros abriram-se às mercadorias industrializadas, notadamente inglesas. As cidades mais conectadas à economia de exportação/importação cresceram

e novos bairros começaram a ser ocupados. Em 1850, o antigo regime de concessão de terras foi substituído por um novo sistema que institucionalizou a propriedade privada do solo (a Lei de Terras do Decreto 1.318, de 1854). A produção de novos bairros tornou-se fruto da ação de loteadores, uma operação mercantil onde a superfície a parcelar passava a ser vendida por metro quadrado, diferentemente do sistema anterior no qual o importante era, sobretudo, a metragem da testada de acesso à via pública. De maneira geral, os novos lotes assim configurados mantiveram a geometria retangular, porém de forma muito menos acentuada (MARX, 1991). Isso teve implicações diretas sobre a geografia dos quintais. Nas cidades brasileiras, não aconteceu a implantação de vielas, como foi o caso de várias das cidades norte-americanas, durante o século XIX (FORD, 2000; HANNA, 1980). A idéia de base do renascimento das vielas, desaparecidas das cidades ocidentais desde a Idade Média, consiste em embelezar a via pública deslocando para a viela justamente os elementos que a tornavam “feia” (entrada de carros, os recipientes de resíduos etc.). No Brasil, as ações regulares de embelezamento começaram a partir da chegada da corte portuguesa. Tratava-se, fundamentalmente, de ações que procuravam conferir, sobretudo ao Rio de Janeiro, uma aparência mais “civilizada” eliminando as influências mouras, como rótulas, muxarabis e balcões sobre as vias públicas, inaceitáveis aos olhos dos recém-chegados (LEMOS, 1989, p. 46).

Por outro lado, a complexificação social incitou a adoção de novas tipologias arquiteturais. Nas áreas centrais, muitos imóveis sofreram mudanças de uso e, nesses casos, muitos dos quintais passaram a ser ocupados por ampliações dos edifícios principais. Por exemplo, pela implantação de depósitos para as atividades comerciais, para o alojamento de empregados ou simplesmente para ampliação da atividade principal do lote. Cortiços e cabeças-de-porco tornaram-se a alternativa de moradia mais corrente para uma boa parte da população das maiores cidades. Pequenos cômodos ladeando um corredor de acesso não correspondiam mais à tipologia morfológica dos quintais, como inicialmente definida no âmbito deste trabalho. Eles continuaram a existir, entretanto, nas tipologias domiciliares mais tradicionais e sofreram influências das transformações ocorridas no habitat urbano e que foram paralelas à implantação de bairros cada vez mais diferenciados. As transformações foram mais evidentes nos bairros destinados às classes de mais alta renda.

A uma mão-de-obra imigrante e mais especializada somaram-se os novos materiais industriais, notadamente o tijolo cozido assim como as folhas metálicas que possibilitaram a construção de calhas, cumeeiras e outros detalhes de cobertura. A viabilidade de telhados mais elaborados e de muros menos vulneráveis à água permitiu o afastamento das edificações dos limites laterais. No princípio, apareceu um tímido recuo lateral e uma nova fachada em apenas um dos lados. A entrada deslocou-se da fachada frontal para a lateral. Uma outra novidade foi a

aparição de um pequeno jardim lateral, geralmente em estilo formal francês. Mais tarde, paralelamente ao aumento desse jardim lateral, pode-se assistir a aparição de um outro recuo, bastante estreito, na outra lateral. Tratava-se de uma passagem de serviço que acessava diretamente o quintal que, por sua vez, deixara de ser o único espaço não edificado do lote. Esse descolamento das duas laterais da edificação dos limites do lote foi acompanhado pelo estabelecimento de um “zoneamento” interno ao lote, configurando, de maneira muito clara e distinta, um circuito “social” e um circuito “de serviço”. Finalmente, a edificação recuou-se do limite frontal do lote. Apareceu o jardim frontal que imediatamente tornou-se um espaço de representação por excelência. Ele não podia, em hipótese alguma, confundir-se ou misturar-se ao espaço do quintal. Havia sempre a implantação de elementos que sinalizavam, de maneira muito clara, essa diferença e, frequentemente, escondiam o espaço de trás do lote dos olhares indiscretos provenientes da rua. O jardim frontal, por sua vez, era exatamente o que os proprietários desejavam mostrar. O próprio critério de seleção das plantas a compor esse jardim era bastante significativo dessa representação almejada. Enquanto os quintais continuavam ocupados por pomares, hortas e, sobretudo espécies brasileiras, africanas ou asiáticas, aclimatadas, no jardim frontal, eram absolutamente interditas as plantas de origem não européia. Nestor Reis Filho (1995, p. 74), comentando esse fato, menciona a existência de um paradoxo etno-cultural vivido pelas elites brasileiras da segunda metade do século XIX. Elas identificavam o Brasil como um país de linhagem européia. Entretanto, os quase quatro séculos de escravidão haviam tornado o país por demais mestiço, por demais “escuro” para esse ideal. Durante o período colonial, a mediação do país com a civilização européia fora feita através da metrópole. No momento em que o país adquiriu sua independência, era necessário reconstruir essa identidade, a cada momento, em cada espaço.

Efetivamente, ao longo da segunda metade do século XIX, a sociedade e as cidades brasileiras sofreram um conjunto de transformações com implicações diretas sobre a organização interna dos lares e evidentemente sobre as funções e configurações dos quintais. Os novos materiais hidráulico-sanitários foram responsáveis pelo desaparecimento da “casinha”, o w.c. instalado no quintal. Essa instalação fundiu-se com a “sala de banho” constituindo o banheiro instalado interiormente à construção principal (LEMOS, 1989; VERÍSSIMO & BITTAR, 1999). A ampliação da escala urbana, no caso das grandes cidades, fez nascer os equipamentos de transporte individual, para as classes mais abastadas. O quintal abrigava as garagens para esses equipamentos e, algumas décadas mais tarde, para os automóveis. As funções de abastecimento de subsistência perderam importância, numa sociedade cada vez mais marcada por relações capitalistas. Os lares urbanos abandonaram cada vez mais o caráter de unidades de produção para restringirem-se à função de consumo.

Os novos hábitos europeizados, difundidos ao longo do século XIX, e a abolição da escravatura transformaram significativamente as relações entre o público e o privado existentes até então, assim como o próprio conceito de família, constituída também pelos escravos e agregados. As mulheres começaram a desempenhar um papel cada vez mais ativo nas atividades públicas. Com a introdução das lâmpadas a querosene e, mais tarde, das lâmpadas a gás, os espaços privados abriram-se às visitas noturnas (ALGRANTI, 1997, p. 115). Enquanto o regime escravagista foi hegemônico, cativos e senhores compartilhavam, até certo ponto, os mesmos espaços. Com o abandono do regime de servidão, um circuito social/”público” redefiniu-se em relação a um outro considerado de serviço. Esse fenômeno foi reforçado pela introdução das empregadas de origem européia no interior das residências mais abastadas. “Nenhuma promiscuidade é permitida” (ROLNIK, 1993, p. 41). Cada um e cada função passavam a ter o seu lugar apropriado.

O QUINTAL NO SÉCULO XX

Os quintais consolidaram-se como área de serviço por excelência, antípodas do “circuito social” na configuração da morada brasileira. É nos quintais que se instalaram as lavanderias e os quartos de empregada. Antes da instalação da infra-estrutura sanitária, a lavagem de roupa era feita fora de casa, nas fontes públicas ou às margens dos rios e córregos. A existência de empregadas domésticas, mesmo nas residências de classe média, é uma das características das sociedades em vias de desenvolvimento e que, no Brasil, assumiu contornos ricos em ambigüidades e contradições.

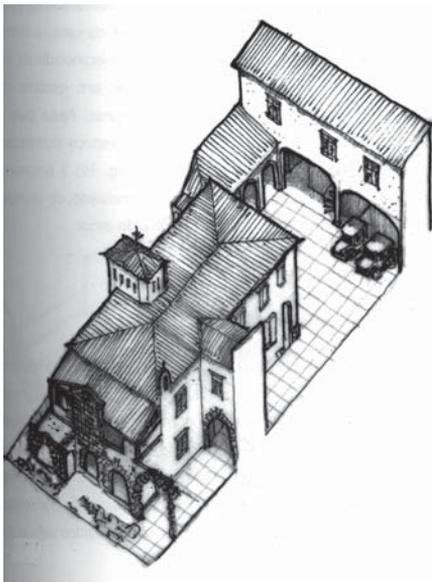


Figura 6. Esquema de ocupação residencial por volta de 1930. (VERÍSSIMO & BITTAR, 1999, p. 53).

Sempre do sexo feminino, as empregadas domésticas compartilham da intimidade da família sem, entretanto constituírem parte plena. Aquelas que moram com seus patrões, freqüentemente, podem “até mesmo” freqüentar a sala de televisão, servindo-se, geralmente, de um banquinho alojado em alguma nesga de espaço. Nos horários de lazer, o quintal constitui o seu habitat por excelência. Voltados para esses espaços é que se localizam os seus aposentos. No circuito de serviço é-lhe permitido receber colegas, jamais os namorados. As empregadas domésticas que moram com seus patrões não têm direito à constituição de uma família; elas devem se contentar com um lugar menor na família dos patrões.

Nas residências menos abastadas o quintal sobreviveu, porém com sua área cada vez mais reduzida. Nos bairros populares, nos lotes já originalmente pequenos, o quintal tornou-se um espaço de acesso a cômodos suplementares construídos para serem sublocados ou destinados a familiares. A vegetação é aí praticamente inexistente. Mesmo no caso das residências de classe média, impôs-se cada vez mais uma estética da assepsia, onde os espaços não edificados são quase inteiramente pavimentados e impermeabilizados (SILVA, 1991, p. 83).

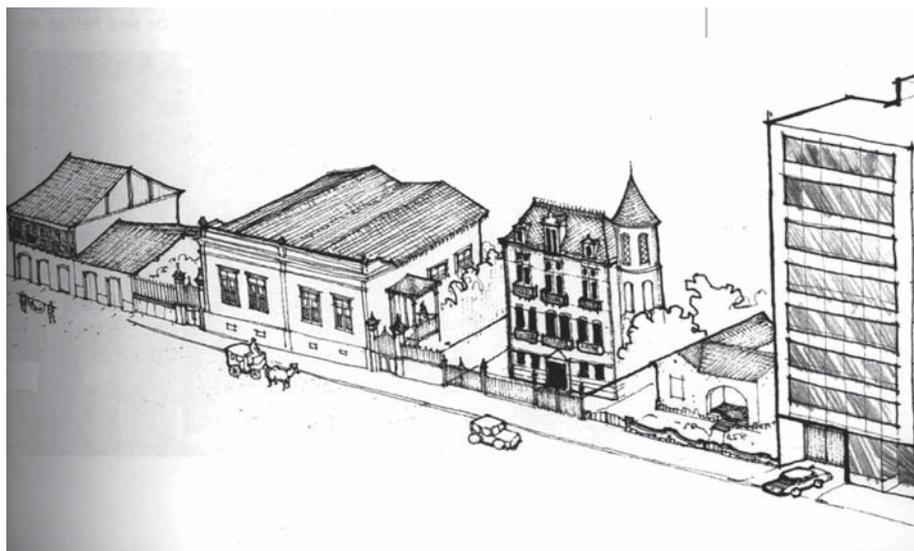


Figura 7. Evolução tipológica das cidades brasileiras (VERÍSSIMO & BITTAR, 1999, p. 29).

No seu conjunto, durante o século XX, essa confirmação da função de serviço dos quintais constitui uma característica brasileira, se comparada, por exemplo, ao ocorrido com os fundos de lote das cidades norte-americanas. Ali, a partir de meados do século XIX, difundiu-se um novo modelo de estruturação dos quarteirões: as vielas. Nos quarteirões comerciais, elas serviam para expedição, entrada para entregas ou de acesso aos depósitos. Nos bairros mais residenciais, a sua função era de acesso às garagens, aos aposentos dos empregados ou

então como entrada para uma segunda casa construída no fundo do lote para ser sublocada. Elas conferiam status aos novos empreendimentos imobiliários ou então eram abertas nos quarteirões já constituídos. Algumas décadas depois, as *backyards* (os fundos de lote), cujo acesso se fazia pelas vielas, assumiram uma conotação negativa, identificadas como áreas mal cuidadas e, cada vez mais, associadas aos *slums*, aos mendicantes e à degradação urbana. Nos Estados Unidos, em 1938, a Federal Housing Authority decidiu não mais conceder cobertura hipotecária aos novos loteamentos cujo projeto urbanístico apresentasse vielas. A partir desse período, elas se tornaram ausentes nos projetos de novos empreendimentos suburbanos (FORD, 2000, p. 151). Após a Segunda Guerra Mundial, com o acesso das classes médias ao primeiro ou ao segundo automóvel, as garagens deslocaram-se para a parte da frente dos lotes. As casas, por sua vez, passaram a se orientar para os fundos, que se tornaram cada vez mais áreas de lazer (JACOBS, 1961), por exemplo, os *back patios*, ou os *decks*, em detrimento das funções mais “utilitárias”. Isso constituiu um fenômeno completamente diferente do ocorrido nos lares brasileiros das classes médias ou mais abastadas, onde a existência das empregadas domésticas residentes e o caráter polarizado dessa sociedade mantiveram o quintal amarrado às funções de serviço.

A REPRODUÇÃO DO QUINTAL NOS APARTAMENTOS

Uma particularidade das cidades brasileiras da segunda metade do século XX, principalmente aquelas de médio e grande porte, é a ocorrência de prédios de apartamentos, seja para as classes médias ou para a população de mais alta renda (SILVA, 2004). O plano interno das unidades, assim como a implantação do edifício no lote, é revelador da transposição e reprodução do quintal nessa tipologia residencial não tradicional. Primeiramente, no nível térreo, um circuito “social” apresenta-se, quase sempre, separado do circuito de serviço. Mesmo no que diz respeito aos elevadores. A interdição às empregadas domésticas de se servir do elevador “social” já é inclusive objeto de algumas leis anti-discriminação em algumas cidades. Na parte interna dos apartamentos, assim como nos acessos às unidades em cada andar, sempre que possível, coexistem os dois circuitos segregados (o “social” e o de serviço).

A reprodução desse conceito programático segregacionista, do qual o quintal fazia parte constituinte fundamental, pode também ser notada pela ocorrência de outros elementos da organização espacial dos apartamentos. Primeiramente, pode ser apontada, como nos quarteirões ocupados por residências unifamiliares, a quase inexistência de equipamentos ou de infra-estrutura de serviços em comum. Isso é particularmente evidente no tocante às lavanderias. Mesmo no caso dos prédios de grande porte compostos por apartamentos bastante pequenos, inexis-

tária, como é o caso das leis anti-discriminação nos elevadores, assim como outras lutas empreendidas pelos organismos de defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas, notadamente pela “profissionalização” dessa ocupação e pelo fim do albergamento no serviço. Paralelamente a isso, já pode ser detectada a emergência de novas proposições arquiteturais que levam em conta fatores mais funcionais e os novos contextos de operação das tarefas domésticas.

Os quintais, tanto nos seus aspectos físicos quanto simbólicos, são indubitavelmente um elemento característico do habitat residencial brasileiro. Diversos aspectos de suas configurações, aparências e usos são essenciais para a compreensão do funcionamento da moradia e das cidades coloniais. No Brasil de hoje esse legado cultural se reproduz, numa curiosa combinação de permanências e de transformações, como é o caso da transposição dos quintais nas moradas multifamiliares contemporâneas.

Referências

- ALGRANDI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 84-154.
- ASSUMPÇÃO, Lúvia Romanelli d'. Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas. **Revista do Departamento de História**. Belo Horizonte, FAFI/UFMG, n. 9, p. 130-140, 1989.
- BUENO, Beatriz P. Siqueira. Particularidades do processo de colonização da América Espanhola e Portuguesa. In: SEMINÁRIO HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4. **Anais...** Rio de Janeiro, nov. 1996, p. 505-514.
- CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. **A cidade colonial no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. 352p.
- DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. 4. ed. revisada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
- FORD, Larry R. **The spaces between buildings**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2000. 225p.
- FREIRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936. v. 1.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 237p.
- HANNA, David B. Creation of an Early Victorian Suburb in Montreal. **Urban History Review/Revue d'histoire urbaine**. Ottawa, v. IX, n. 2, p. 38-64, outubro, 1980.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio. Cap.: O semeador e o ladrilhador. p. 61-100. 1995. (1936, 1. ed.)
- JACOBS, Jane. **The death and life of great American cities**. New York: Vintage Books, 1961. 474p.
- JUCÁ NETO. No rumo do boi – as vilas do Ceará colonial ligadas à pecuária. In: SEMINÁRIO HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 6. **Anais...** Natal, outubro 2000. 14p.
- LEMONS, Carlos A. **A casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989. 83p.
- MARX, Murilo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: EDUSP/Nobel, 1991.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 747p.

- MENEZES, José Newton Coelho. (2000) Domínio privado e abastecimento alimentar no espaço urbano colonial das Minas Gerais setecentistas: os quintais no arraial do Tejuco e na Vila do Príncipe. In: SEMINÁRIO HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 6. **Anais...** Natal, outubro 2000. 11p.
- MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO. **Miguel Dutra, o poliédrico artista paulista**. São Paulo, Museu de Arte de São Paulo, 1981, p. 19.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil 1500-1720**. São Paulo: Pioneira Editora e Livraria, 1968. 235p.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1995. 211p. (1970, 1. ed.).
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Fupam, 2000: Cdrom ref PE_13B.
- RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. **O Rio de Janeiro imperial**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. 549p. (1946, 1. ed.).
- ROLNIK, Raquel. São Paulo na virada do século: territórios e poder. In: A cidade e a rua – **Cadernos de História de São Paulo**. São Paulo, Museu Paulista da Universidade de São Paulo, n. 2, jan./dez. p. 39-44, 1993.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Edusp/Itatiaia, 1975. 378p. (1830, 1. ed.).
- SILVA, Luís Octávio da. A organização do espaço construído da cidade de São Paulo. **Polis**. São Paulo, Instituto Polis, n. 3, p. 72-91, 1991.
- SILVA, Luís Octávio da. (2004). Verticalização, expansionismo e grandes obras viárias: a modernização limitada. In: CAMPOS, Candido Malta *et al.* **São Paulo metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais**. São Paulo: Senac São Paulo 2004. p. 100-111.
- SCHUARTZ, Stuart B. O Brasil colonial, c. 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: América Latina colonial (v. II)**. São Paulo: Edusp, 1999. p. 339-421.
- TEIXEIRA, Manuel C. Portugal. In: RODGER, Richard (Ed.). **European urban history**. Leicester/London: Leicester University Press, 1993. p. 60-75.
- TEIXEIRA, Manuel C. A influência dos modelos urbanos portugueses na origem da cidade brasileira. In: SEMINÁRIO HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4. **Anais...** Rio de Janeiro, nov. 1996. p. 572-583. 1996a.
- TEIXEIRA, Manuel C. Portuguese colonial settlements of the 15th-18th centuries: vernacular and erudite models of urban structure in Brazil. In: COQUERY-VIDROVITCH e GOERG. **La ville européenne outre mers: un modèle conquérant? (XVe-XXe siècles)**. Paris/Montréal: L'Harmattan. p. 15-26. 1996b.
- TEIXEIRA, Manuel C. The models of reference of Portuguese colonial urbanism of the 15th-18th centuries. In: INTERNATIONAL SEMINAR ON URBAN FORM, 6. **Anais...** ISUF'99. Florença, Alinea Editrice. p. T. 37-T. 40. 1999.
- TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida. **O urbanismo português: séculos XIII-XVIII**, Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. 334p.
- VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallman. **500 anos da casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. 142p.

Endereço para correspondência:

LUÍS OCTÁVIO DA SILVA

Rua Ásia 108, apt. 113

05413-030 – São Paulo – SP

e-mail: losilva@emurb.com.br ou luisoctaviosilva@hotmail.com